

Um plano de saúde: é o início da reforma urbana.

Um amplo plano de saúde envolvendo todos os órgãos públicos e governamentais será lançado em breve pelo presidente José Sarney: mais um programa social voltado à melhoria do nível de saúde e de vida da população mais carente, segundo informou a este jornal o ministro da Previdência e Assistência Social, Raphael de Almeida Magalhães. A idéia central do programa, ainda em fase inicial de elaboração, é bem antiga. Trata-se de integrar os serviços e os recursos destinados à melhoria de vida da população hoje espalhados por diversos órgãos com superposição de finalidades, e levá-los diretamente aos interessados através da manipulação, tese defendida há muitos anos no País.

Na prática, esse acesso se daria mediante a apresentação de uma "carteira de saúde", dando à população carente direito a receber alimentação e medicamentos básicos, educação sanitária e serviços de saúde diversos. A obrigação de fornecê-los gratuitamente é do governo. Ao lado disso, o plano prevê uma profunda reforma urbana com melhoria das habitações através do financiamento de material de construção, e um programa de saneamento básico (água e esgoto), com participação direta do BNH, em ambos os casos.

Acredita o ministro da Previdência Social que a reforma urbana é irreversível, e por isso mais premente que a reforma agrária. Por isso, a proposta do governo volta-se prioritariamente para a melhoria das condições habitacionais da população de baixa renda, medida que o ministro considera, na verdade, "o grande ponto de partida" para um programa dessa natureza e abrangência. Ele destacou acima de tudo a necessidade de implantação de esgotos, porém compatíveis com o nível de renda da população do País, condenando a tradição do sanitarismo brasileiro mais voltado aos grandes projetos e um sistema muito complicado que o ministro entende não funcionar no Brasil.

A reforma urbana imaginada — segundo o ministro — passaria inicialmente por um processo simplificado de regularização da propriedade, começando pelas favelas. Isto, particularmente, o Ministério da Previdência Social já iniciou durante a gestão do ex-ministro Waldir Pires, com os terrenos de propriedade do INPS invadidos por favelados, e agora está tendo prosseguimento com Raphael de Almeida Magalhães.

Uma das idéias em curso é criar um orçamento social englobando todos os recursos destinados a programas de cunho

social, com vistas a elevar o nível de vida da população. Assim, os ministérios da Saúde, Previdência Social, Educação e Agricultura, por exemplo, fariam um programa único de distribuição de alimentos básicos à população de baixa renda, acabando com os desperdícios generalizados constatados em todos os programas sociais. O mesmo seria feito com os demais programas, acabando com as superposições de ações, muito comuns no setor de Saúde.

Não se pensa em recursos novos para melhorar o nível de vida do brasileiro. Apenas unificar o que já existe em tantos órgãos, e descentralizar o máximo possível a execução desses serviços, para as prefeituras. Os técnicos e especialistas deixaram seus gabinetes nas grandes cidades sendo deslocados para as periferias e interior do país, onde os programas muitas vezes deixam de ser implantados por falta de acompanhamento e destinação inadequada dos recursos. Ao lado disso, a população seria chamada a fiscalizar os serviços prestados através de conselhos comunitários que o presidente Sarney deverá criar para garantir o sucesso do seu plano social.

Entende o ministro da Previdência Social que a criação do seguro-desemprego já foi o primeiro passo deste programa social, que na prática ele considera já iniciado através de medidas dessa natureza. Outra grande medida nessa direção será a reformulação do sistema previdenciário, começando pela mudança de sua base de financiamento hoje coberta pela folha de salários, e propostas de mudanças nos planos de benefícios (aposentadorias, pensões e auxílios diversos). Uma comissão de alto nível com esse objetivo será formada até o final do mês, para dentro de 60 dias apresentar a tão esperada reformulação do Sinpas.

A União será chamada a custear parte do sistema previdenciário. O ministro reconhece que essa parte está faltando na Previdência brasileira, o que considera uma anomalia mundial, a ser consertada com a reformulação do sistema. Antes disso, porém, o ministro anunciou que enviará à aprovação do presidente quatro medidas destinadas a melhorar o controle e a fiscalização dos serviços previdenciários, especialmente no tocante à arrecadação das contribuições, cuja sonegação está hoje por volta dos Cz\$ 20 bilhões. Entende o atual ministro também que a Previdência não é inviável como muitos pretendem fazer crer. "É uma instituição grande, que precisa ser bem gerenciada com seriedade, honradez, determinação e modernidade."

Beneficência, modelo para o Inamps.

O hospital da Beneficência Portuguesa de São Paulo, cujo administrador é o empresário Antônio Ermírio de Moraes, servirá de parâmetro para o Inamps chegar a um custo unitário dos atendimentos prestados e à definição de uma nova tabela de preços para os serviços contratados da rede privada.

"Esse é um custo em que se poderia confiar" — declarou com exclusividade a este jornal o ministro da Previdência Social, Raphael de Almeida Magalhães, adiantando que sobre isto conversaria com o empresário paulista.

A verdade é que o Inamps está com muita dificuldade para obter um parâmetro confiável para fixar os novos valores dos serviços médico-hospitalares, esbarrando em dois problemas para obter os números que necessita: de um lado, nas peculiaridades e na ineficiência dos hospitais da rede própria da Previdência, e, de outro, no elevado índice de fraudes e irregularidades de toda ordem praticadas por muitos hospitais da rede privada. O hospital Beneficência Portuguesa, então, seria uma saída para o ministério, pois tem administração eficiente em termos empresariais e é dos poucos a nunca ter sido incluído em nenhuma relação de fraudadores de São Paulo, onde o

Inamps mantém a grande maioria dos serviços contratados.

O ministro acha, também, que seja de "cunho ideológico" a posição dos empresários da rede privada de hospitais quanto à interpretação do "pacote econômico". Ele entende que a rede particular não pode ter um tratamento privilegiado dentro da reforma econômica porque isso não foi concedido a ninguém, e acredita que haja ainda um acordo entre o Inamps e os hospitais, por não ver motivo algum para intransigência da parte dos prestadores dos serviços hospitalares contratados.

E o Inamps poderá acionar judicialmente os hospitais e profissionais que descumprirem o novo contrato-padrão de trabalho, que a partir de sua aprovação prevista para dentro de 30 dias será tratado como qualquer contrato comercial. A minuta do contrato elaborada pelo Inamps proíbe a cobrança por fora dos pacientes previdenciários, estipula multa e outras penalidades aos infratores, exige a internação dos beneficiários da Previdência em caso de urgência ou emergência em qualquer instalação, não permitindo aos hospitais cobrarem nenhuma taxa adicional por isso, e se responsabiliza a pagar em prazo não superior a um mês as contas apresentadas.